

Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764)

 Ione Aparecida Martins Castilho Pereira*

Fecha de recepción: 02 de mayo de 2017. Fecha de aceptación: 10 de octubre de 2017

Resumo

O presente artigo tem por finalidade analisar quais foram os motivos que levaram os espanhóis das missões jesuíticas de Mojos a declararem guerra aos portugueses da Capitania de Mato Grosso. Este estranhamento gerado a partir da demarcação de Limites de 1750, nas margens do rio Guaporé, provocou uma guerra pela posse desta missão jesuítica no ano de 1763. E a mesma estratégia usada pelos espanhóis para impedir que os portugueses recebessem socorro, serviu de igual maneira, para o contra ataque português. Fato este, que colaborou e muito para que os portugueses, apesar de estarem em menor número, continuassem a manter as possessões conquistadas no rio Guaporé.

Palavras chave

*missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos
guerra
Capitania de Mato Grosso
rio Guaporé*

War in the Mojos missions: an analysis of the luso-spanish conflict for the possession of an old Jesuit mission, Santa Rosa de Mojos, in the Guaporé river (1760-1764)

Abstract

The purpose of this article is to analyze the motives that led the Spaniards from the Jesuit missions of Mojos to declare war over the Portuguese of the Captaincy of Mato Grosso. The remoteness caused by the demarcation of limits of 1750 would generate, on the banks of the river Guaporé, a war over the possession of this Jesuit mission in 1763. Moreover the same strategy used by the Spaniards to prevent the Portuguese from received aid, served equally, for the Portuguese counter attack. Due to this fact the Portuguese were able,

Key words

*Santa Rosa de Mojos jesuit mission-war
Mato Grosso Captaincy
Guaporé River*

* Doutora em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Departamento de História, campus de Cáceres. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Brasil. E-mail: ione_castilho@yahoo.com.br.

although they were in smaller number, to maintain the possessions conquered in the Guaporé river.

Guerra en las misiones de Mojos: un análisis del conflicto luso-español por la posesión de la antigua misión jesuítica de Santa Rosa de Mojos en el río Guaporé (1760 -1764)

Resumen

El presente artículo tiene por finalidad presentar los motivos que llevaron a los españoles de las misiones jesuíticas de Mojos a declarar guerra a los portugueses de la Capitanía de Mato Grosso. El alejamiento generado por la demarcación de límites de 1750, a las márgenes del río Guaporé, provocó una guerra por la posesión de esta misión jesuítica en 1763. La estrategia utilizada por los españoles para evitar que los portugueses recibieran socorro sirvió también para el contra ataque portugués. Debido a ello los portugueses, aunque en menor número, siguieron manteniendo las posesiones conquistadas en el río Guaporé.

Palabras clave

Misión jesuítica de Santa Rosa de Mojos-guerra
Capitanía de Mato Grosso
río Guaporé

Introdução¹

1. A presente pesquisa foi realizada com apoio da Capes. Bolsista CNPq.

É importante destacar, que esta guerra em Mojos ainda não foi abordada com profundidade nem pela historiografia mato-grossense e nem pela historiografia boliviana atual. O que se tem a respeito deste conflito luso-espanhol ocorridos nas margens do rio Guaporé (figura 1), numa abordagem mais ampla, são as pesquisas dos seguintes historiadores: Leandro Tormo Sanz e seu artigo intitulado *Um ejemplo histórico del "mal de altura" em la guerra de Mojos* de 1963, Maria Teresa Santos de Souza Loureiro e sua dissertação sobre *A fronteira oeste de Mato Grosso e D. Antônio Rolim de Moura* de 1965; Virgílio Corrêa Filho e seu livro *História de Mato Grosso* de 1969, e, por fim, o livro de David Block sobre *La cultura reducional de los Llanos de Mojos* de 1997.

Além dessas, há outras pesquisas que abordam de forma breve e pontual a guerra de 1763, tais como: Artur César Ferreira Reis sobre *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. As fronteiras com as colônias espanholas* de 1948; Jovam Vilela da Silva sobre *Mistura de cores: política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso, século XVIII* de 1995; José Chávez Suárez sobre *Historia de Moxoss/a*; Juan Marchena Fernández sobre *Del Tajo al Amazonas y la Plata. Las repercusiones atlánticas de las guerras entre las coronas española y portuguesa en la Edad Moderna* de 2015, e das autoras Janaína Amado e Leny Caseli Anzai. *Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso* de 2014. Contudo, encontramos ainda pesquisas, como a do historiador Suelme Evangelista Fernandes, que diz, em seu verbete sobre guerra, que não se pode

afirmar que em Mato Grosso houve uma guerra incessante propriamente dita entre portugueses e espanhóis com as alegorias clássicas de guerra: sua beligerância constante, invasão de territórios e ofensivas intermitentes. Ao longo da história, guerras são argumentos teleológicos da construção dos estados nacionais modernos e no caso de Mato Grosso não identificamos até agora pistas mais volumosas e consistentes destes embates no Guaporé ou no rio Paraguai, muito embora este assunto circunda a pauta prioritária da maioria dos documentos da época disponíveis nos acervos locais (Fernandes, 2011: 155).

Posição esta que discordamos, já que de acordo com a documentação pesquisada, os espanhóis das missões jesuíticas de Mojos e os portugueses da Capitania de Mato Grosso não apenas se enfrentaram em uma guerra, de curta duração e com vários recursos de outras Capitanias também envolvidas neste conflito, mas também, prepararam uma segunda expedição militar a fim de recuperar/manter a posse do território da antiga missão jesuítica de Santa Rosa as margem do rio Guaporé.² E é importante destacar também que “não existe uma definição unívoca do conceito de guerra” (Bobbio *et al.*, 1998: 572). Para Norberto Bobbio *et al.*, a definição mais próxima seria a que:

considerasse -como propõe alhures Q. Wright- a análise dos fatos históricos concretos, que foram chamados «Guerras». Tais fatos se caracterizam por: a) atividade militar; b) alto grau de tensão na opinião pública; c) adoção de normas jurídicas atípicas, referentes às vigentes no período de paz; d) uma progressiva integração política dentro das estruturas estatais dos beligerantes. Assim, a Guerra se configura, ao mesmo tempo, como uma espécie de conflito, uma espécie de violência, um fenômeno de psicologia social, uma situação jurídica excepcional e, finalmente, um processo de coesão interna (Bobbio *et al.*, 1998: 572).

Tal definição apresentada por Bobbio, em seu dicionário de política, é possível de perceber na guerra ocorrida no ano de em 1763, já que foram várias as hostilidades praticadas por ambas as coroas, através de seus representantes, neste espaço fronteiriço em litígio. Portanto, o conceito guerra não é uma categoria universal e nem atemporal como bem destaca o historiador Marcos Guimarães Sanches (2010). Ela possui uma historicidade que, segundo os historiadores Luiz Moreira e Marcello Loureiro:

varia de acordo com a temporalidade e, mais ainda, possui um significado diferente nas diversas culturas produzidas pela humanidade. Não se deve, portanto, naturalizar a guerra; ela deve ser analisada em consonância com a historicidade a que pertence (Moreira e Loureiro, 2012: 16 e 17).

E foi pensando em todas estas questões apresentadas que estabelecemos como delimitação temporal os anos de 1760 a 1764. Tais datas referem-se ao ano em que o governador de Capitania do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, toma posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos e ao período em que foram realizadas as trocas de prisioneiros e a restituição dos territórios ocupados durante a guerra de 1763. Assim, para realizar esta análise, tanto documental quanto bibliográfica deste conflito fronteiriço, utilizamos conceitos das áreas da História e Geografia, tais como: espaço, território e fronteira a fim de compreender quais foram os motivos que levaram os espanhóis das missões jesuíticas de Mojos a declararem guerra aos portugueses da Capitania de Mato Grosso.

A final, o espaço que nos interessa, segundo o geógrafo Milton Santos (1986), é o espaço humano ou social, que contém ou é contido por todos os múltiplos de espaço -forma, função, estrutura e processo. E, ao apropriar-se destas diferentes percepções do espaço, concreta ou abstratamente, é que o ator, segundo o geógrafo Claude Raffestin (1993), territorializa o espaço.

Em outras palavras o território, como bem expressa o historiador Manuel Lucena Giraldo, seria o “espaço que um grupo humano torna seu, mediante o desenvolvimento de uma cultura, [...] de um sistema de relações com o meio natural - ao dotá-lo de um limite, de um termo específico no qual simbólica

2. Salientamos que esta segunda expedição militar organizada pelos espanhóis das missões jesuíticas de Mojos para desalojar os portugueses do Destacamento de Nossa Senhora da Conceição -antiga missão jesuítica de Santa Rosa- no ano de 1766 não é nosso objeto de análise. Sua menção nesta pesquisa se fez necessária para demonstrar que havia um forte interesse por parte dos espanhóis, depois da guerra de 1763, em realizar um novo conflito para retomar a posse deste espaço.

e geometricamente começa o mundo dos outros” (Giraldo, 1999: 68). Sendo assim, a fronteira seria então, como bem salienta a historiadora Heloísa Liberalli Bellotto:

o limite até onde o Estado pode exercer sua força administrativa [...], já que o mesmo não se configura sem um território, sem um espaço no qual ele exerça sua soberania, dele auferindo seus recursos e nele mantendo uma população, que vem a ser o outro polo da sua razão vital (Bellotto, 1983: 60).

Tal processo, a que Milton Santos (2004) denomina de *rugosidades*, evidencia, sobretudo, que o espaço, o território e a fronteira socialmente produzido não é vivenciado e muito menos percebido da mesma forma pelos diversos grupos sociais que ali estavam presentes, pois cada grupo parece se encontrar em um momento diferente do tempo. Trata-se, portanto, nas palavras do geógrafo Milton Santos (2004), da coexistência do “novo” e do “antigo”, aquilo “que os historiadores denominam de ‘a contemporaneidade do não contemporâneo’”, como expressa o historiador e arqueólogo Arno A. Kern (2002).

Exposto isto, o que vamos analisar nas linhas que se seguem abaixo, são as ações/ estratégias desenvolvidas, tanto por portugueses quanto espanhóis e jesuítas, para manter não apenas a posse deste espaço, mas também, o direito sobre os indígenas que ali estavam presentes. Afinal, como bem destaca o historiador Miguel Faria (1999), os indígenas era um elemento estratégico para o equilíbrio demográfico de uma fronteira que precisava ser expandida e, ao mesmo tempo, mantida por ambas as coroas. E apesar de a diversidade linguística destacada nas fontes jesuíticas de Mojos, os padres reconheciam apenas seis grupos étnicos como os mais importantes, sendo eles: os *mojo* e *baure* (pertencentes ao grupo linguístico Arawak), seguidos pelos *kayubaba*, *canisiana* (*canichana*), *mobina* e *itonoma* (cujas línguas encontram-se sem classificar). Já para o rio Guaporé, segundo o antropólogo Lévi-Strauss (1963) temos as seguintes etnias: *chapacuran* (entre os rios Branco e Marmoré); *tupian* (eram os *yabuti* e *aricapu*, nas bacias dos rios Branco, Mequenes e Corumbiara); *arua* e *macuarap* (ao longo do rio Branco); os *wayoro* (no rio Colorado); os *amniapã*, *guaratãgaja* e *cabishinana* (rio Mequenes); e os *tupari* e *kepikiriwat* (rio Machado /Gi-Paraná/RO); os *huari* (rio Corumbirara); os *puruborá* (rio São Miguel), os *palmella* (na margem direita do rio Guaporé e entre as bocas dos rios Branco e Mequenes). Ainda segundo o autor, há etnias desconhecidas atualmente, tais como: os autênticos *chapacuran*, *quitemoca*, *rocorona*, *moré* (*itene*), *huanyam*, *matama* (*mataua*), *cujuna*, *urunamacan*, *cumana*, *urupá*, *jarú* e *tora*. Não faremos aqui uma análise etno-histórica profunda, uma vez que, já realizamos em outras pesquisas de nossa autoria.³

3. Para maiores detalhes, consultar: Castilho Pereira (2008 e 2014).

A guerra em Mojos pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa

Diante da duvidosa demarcação da parte norte -deserções indígenas, espanhóis que nunca chegavam e gastos altíssimos com a demarcação- e da parte sul do Brasil, principalmente a área dos Sete Povos das Missões Guarani estabelecidas na parte oriental do rio Uruguai, e muito antes de ocorrer as entregas mútuas do Tratado de Madrid (1750) para esta região, Antonio Rolim de Moura ocupou a antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos em 21 de fevereiro 1760, estabelecendo ali uma população e uma guarda, a qual os espanhóis denominariam de Estacada ou Santa Rosa “a velha”, e os portugueses de

Destacamento/ Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e mais tarde Forte de Bragança (figura 2 e 3).

A atitude de Rolim de Moura em ocupar a antiga missão jesuítica de Santa Rosa e nela reedificar a casa que foi dos padres, acrescentando a este espaço quartéis, capela e armazéns, só fez com que a tensão fronteiriça aumentasse ainda mais (Loureiro, 1965) (figura 3). Esta posse foi bem recebida pelo rei, uma vez que o mesmo declarou que “tudo o executado respectivo a esta diligencia foy com o acerto próprio da prudência de V.S.^a”.⁴ Na carta, enviada ao governador de Mato Grosso, o rei salientava que a conservação deste território se fazia

agora mais necessária depois que se mandou os Tratados dos Limites, como em outra Carta separada avizo a V.S.^a. Tudo o que V.S.^a. referio a respeito da mayor segurança dos sobreditos Sítios de Santa Rosa e das Pedras, he muito próprio para a Conservação dos nossos Estabelecimentos principalmente depois de se anular o Tratado dos Limites como acima digo. Porem recomenda o mesmo Sr. a V.S.^a. obre nesta matéria (enquanto houver daquelas partes Comisarios Espanhoes) com a Circumpeção que lhe preveniu em Carta de 15 de Março deste presente anno, o que agora novamente lhe manda recomendar.⁵

Esta ação que tanto agradou o rei de Portugal casou vários protestos por parte dos jesuítas das missões de Mojos, das autoridades espanholas de Santa Cruz de la Sierra e, também, da Real Audiência de la Plata (Davidson, 1970; Loureiro, 1965). Afinal, os espanhóis queriam o restabelecer a sua situação anterior ao Tratado de 1750, e os portugueses queriam defender suas aquisições anteriores e aquelas haviam sido conquistadas durante a década de 1750 (Davidson, 1970: 72).

Informado pelos índios sobre a atitude do governador da Capitania de Mato Grosso, o padre Nicolás Sarmiento -da missão jesuítica Santa Rosa, a nova-dirigiu-se até antiga missão de Santa Rosa para protestar a posse antecipada daquela espacialidade (figura 2). Segundo os argumentos do padre, os jesuítas só saíram daquelas missões para facilitar as entregas aos comissários, e esta posse indevida prejudicaria, e muito, os indígenas que tinham naquelas terras suas “chacras y estancias” (Pastells, 1949, VIII (1): 656; Araújo, 2000).⁶ Respondendo às afirmações feitas pelo padre, Antonio Rolim de Moura disse que tinha superiores motivos para permanecer ali:

algún tiempo en aquel lugar; [...] que había recibido cartas en que le avisaban estaban para llegar a río Negro, lugar donde se había determinado hacer las demarcaciones, los Ministros españoles, y que habiendo él de asistir a dicha Junta, para la que era llamado, había determinado pasar aquí, así para esto y para tener más breve las noticias estando más cerca (Pastells, 1949, VIII (1):658).⁷

Ciente de tais acontecimentos, o superior das missões de Mojos, Juan de Beingolea, enviou uma carta, em 29 de março de 1760, a Rolim de Moura falando lhe sobre o conteúdo do *Exhorto de la Real Audiencia de los Charcas* para as missões jesuíticas.⁸ Neste documento, estava expresso que, em primeiro lugar, não era permitido o estabelecimento e nem a entrada de portugueses extraviados das vias que os conduziam a Capitania de Mato Grosso, e, em segundo lugar, que a qualquer temor de extorsão por parte dos mesmos recorressem prontamente ao governador de Santa Cruz de la Sierra, já que este viria para socorrer as missões (Pastells, 1949, VIII (1): 656).

4. Instrução para D. Antonio Rolim de Moura. Enviada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. N. Senhora da Ajuda a 18 de Junho de 1761. APMT, *Livro de registro de cartas régias...* (1771-1804), Caixa 19, Estante 01.

5. Instrução para D. Antonio Rolim de Moura. Enviada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. N. Senhora da Ajuda a 18 de Junho de 1761. APMT, *Livro de registro de cartas régias...* (1771-1804), Caixa 19, Estante 01.

6. O Superior das missões de Mojos, Juan de Beingolea, em carta ao governador de Mato Grosso, confirma que estas ordens foram enviadas aos jesuítas das missões de Mojos e reconhece que poderia ter evitado a queima das missões entregues aos portugueses. Para maiores detalhes, consultar: Carta de Juan de Beingolea para governador de Mato Grosso. S.Magda.em 02 junio de 1760. APMT, *Livro de registro de bandos(1750-1763)*, Caixa 05, Estante 01.

7. Segundo o historiador Artur Reis, o governador de Mato Grosso seria o novo comissário português das demarcações no Norte em substituição de Francisco Mendonça Furtado, governador da Capitania do Grão Pará (Reis, 1948: 347).

8. Para maiores detalhes, consultar: *Copea do Exorto, q' na Carta supra se acusa, e sua resposta cmcoopea n 3*. Enviada por D. Alonso Berdugo. Santa Rosa el Nuevo, 05 de outubro de 1760. Ver igualmente a Carta do Padre Juan de Beingolea para Rolim de Moura. São Pedro, 21 de março de 1760. E a resposta de Antonio Rolim de Moura ao P. Juna de Beingolea. Santa Rosa, 07 de abril de 1760. Todos estes documentos estão no APMT, *Livro de registro de bandos...* (1750-1763), Caixa 05, Estante 01.

9. Registro de huma Carta do IlmoExmoSr Governador para o Governador de Santa Cruz. Vila Bela da Santíssima Trindade em 25 de outubro de 1760. APMT, Livro de registro de bandos... (1750-1763), Caixa 05, Estante 01.

A esta carta, Rolim de Moura respondeu que não era necessária à vinda da comissão demarcatória para realizar as trocas, bastaria apenas, que o Tratado dissesse que a margem direita do rio Guaporé era de posse de Portugal.⁹ O governador de Mato Grosso argumentou ainda, que a posse de Santa Rosa “a velha” foi com objetivo de impedir que os jesuítas voltassem a ocupar aquele espaço e, caso houvesse alguma resistência por parte dos jesuítas a esta posse, os seus sertanistas sabiam “el camino de las Misiones y las convertirán todas em cenizas” (Pastells, 1949 VIII (1): 665).

Depois de ler tais argumentos, o padre superior das missões de Mojos, Juan de Beingolea, decidiu ir pessoalmente protestar a ocupação indevida da antiga missão de Santa Rosa ao governador de Mato Grosso. Entretanto, chegando lá, deram-lhe a informação de que Rolim de Moura havia ido ao rio Negro para se juntar aos comissários espanhóis (Pastells, 1949, VIII, 1). Diante disso, Juan de Beingolea escreve uma carta o governador Alonso Berdugo pedindo que chegue até “Real Audiencia de los Charcas como al excelentísimo señor Virrey” a notícia de que Antonio Rolim de Moura estava “haciendo las casas en el lugar de Santa Rosa” (Pastells, 1949, VIII (1): 659).

Insatisfeito com a resposta apresentada por Rolim de Moura e seguindo as instruções passada pelo presidente da Real Audiencia de la Plata, Juan de Pestaña, o governador Alonso Berdugo saiu de Santa Cruz de la Sierra em 31 de julho de 1760 rumo à missão de São Pedro (Pastells, 1949, VIII/2: 738) (figura 2). O objetivo desta viagem até as missões de Mojos era o de requerer de Antonio Rolim de Moura um documento por escrito que mostrasse de onde havia partido as ordens para tomar posse de Santa Rosa “a velha”. Paralelamente a esta tarefa, o governador de Santa Cruz de la Sierra coletou informações sobre o espaço onde estavam estabelecidas estas missões, como era a comunicação e a distância entre elas -se por terra ou rio-, se havia marmas e pessoas capazes de manejá-las, se era possível o uso de cavalaria, que tipo de mantimentos estas missões poderiam oferecer as tropas, além é claro, de saber qual era a distância que separava a missão de Santa Rosa “a nova” da antiga missão Santa Rosa. Após essa longa viagem, o governador Alonso Berdugo chegaria na missão de São Pedro em 26 de agosto de 1760, e lá encontraria o padre Nicolás Sarmiento junto com a outra metade dos indígenas que havia ficado da missão de Santa Rosa “a nova”. Segundo o relato do padre, os portugueses

sacaron la otra mitad furtivamente de noche, llevándose las indias para compeler de este modo a que los indios fuesen a buscarlas, y parte de ellos se refugiaron en los montes temerosos de que los cogiesen los portugueses [...]. Los víveres que no pudieron transportar los indios de Santa Rosa el Nuevo a este pueblo de San Pedro con motivo de haberse venido, entraron en dicho pueblo, por portugueses, descerrajaron los candados, rompieron las puertas y se lo llevaron todo, ni han permitido por mas instancias que han hecho los Padres entregar los caballos pertenecientes a la Misión, diciendo tenían orden del Gobernador para no entregarlos, como también han destruido las chacras de los indios que se hallaban en aquella parte ulterior del rio (Pastells, 1949, VIII (1): 666).¹⁰

10. O Superior das missões de Mojos, Juan de Beingolea, em carta ao governador de Mato Grosso, reclama sobre esta ação realizada pelos portugueses na missão jesuítica de Santa Rosa, a nova. Para maiores informações, consultar: Carta de Juan de Beingolea para governador de Mato Grosso. Rio Mamoré, em 11 de junho de 1760. APMT, Livro de registro de bandos... (1750-1763), Caixa 05, Estante 01.

Este tipo de ação, segundo as instruções de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador da Capitania de Mato Grosso, deveria ser recompensada com os mesmos bens saqueados das missões jesuíticas,

sem mais desconto, q' o do Quinto a favor da Fazenda Real [...], Acrescentando V. S^a q estas declarações se poderão fazer em segredo [...] E que no mesmo segredo se entregarão os prêmios [...], ficando sempre oculto os Autos das mesmas declarações, e as quitações q' nelles se devem dos referidos prêmios.¹¹

Tal postura anti-jesuítica explica, pelo menos em parte, o abandono da missão de Santa Rosa “a nova” e a migração de indígenas e jesuítas para a missão de São Pedro -capital das missões de Mojos-, a destruição total da missão de São Miguel A -fundada em 1696- na guerra de 1763, e a perturbação que outras missões jesuíticas, próximas ao rio Guaporé, sofreram com as ações dos sertanistas portugueses antes e durante a guerra.

Autores como Virgílio Correa Filho e Maria Teresa Loureiro defendem a boa relação do governador Antonio Rolim de Moura com os jesuítas, principalmente com os jesuítas presentes na Capitania de Mato Grosso, alegando que o mesmo apenas seguia ordens superiores para realizar tal ofensiva. No entanto, acreditamos que tal postura desconsidera uma série de atos anti-jesuíticos mesmo sem as ordens da corte portuguesa. Para o governador da Capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, os seus inimigos eram os seus vizinhos e não os espanhóis já que foram estes os responsáveis por estimular os indígenas da banda oriental do Uruguai

a tomar las armas contra Su Majestad Católica, introduciéndoles que aquellas tierras eran suyas y no las largasen a ninguno, que es lo mismo que decirles que no tenían sujeción ni dependencia del dicho Señor, sin respeto ninguno a las órdenes de Su Majestad Católica ni atención a la buena armonía ni alianza de las dos Coronas (Pastells, 1949, VIII (2): 733).

Rolim de Moura também deixa bem claro ao governador de Santa Cruz de la Sierra, Alonso Berdugo, que os “maiores Inimigos que Portugal tem são os PP. Da Com^{pa}, como he bem patente a todo o Mundo; e talvez que se eles não fossem não tivéssemos Nos por aqui desinquietação algúa”.¹² Esta dualidade vizinhos/ inimigos sempre esteve presente nas correspondências que Antonio Rolim de Moura enviava para sua corte, autoridades espanholas e, principalmente, aos jesuítas depois da posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa em 1760. Esta postura ofensiva do governador de Mato Grosso diante dos jesuítas das missões de Mojos, e também das missões jesuíticas de Chiquitos, está relacionada com “uma das vertentes da política pombalina voltada para América portuguesa -[a] defesa dos limites dos territórios” (Amantino e Carvalho, 2015: 73). E para alcançar este intento era necessário, segundo as historiadoras Márcia Amantino e Marieta Pinheiro Carvalho, retirar os membros da Companhia Jesus das áreas fronteiras e transferir “a dependência indígena dos inacianos para o Estado” (Amantino e Carvalho, 2015: 73), fomentando assim, “aproximação entre índios e portugueses, por meio da supressão das diferenças e do incentivo ao casamento” (Carvalho e Sarmiento, 2015: 199).

Intento este, que ficou ainda mais evidente com a publicação da *Ley da Liberdade geral de todos os Índios* da Capitania do Mato Grosso em 31 de maio de 1761.¹³ Segundo a documentação pesquisada foram várias às levas de indígenas que saíram das missões de Mojos para se aldearem próximos ao Destacamento Nossa Senhora da Conceição (figura 3). Segundo a antropóloga Denise Maldini Meireles,

11. Registro de huma Carta para o Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a proibição do trato com os jesuítas. Nossa Senhora da Ajuda, 09 de junho de 1761. APMT, *Livro de cartas régias...* (1760-1767), Caixa 11, Estante 01.

12. Registro da 2ª Carta do governador da Capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, ou resposta a Carta próxima do governador de Santa Cruz de la Sierra Alonso Berdugo. Conceição, 18 de Agosto de 1763. APMT, *Livro de Registro de cartas...* (1763-1769), Caixa 14, Estante 01.

13. Registro da resposta do governador de Mato Grosso para Francisco Mendonça Furtado. Vila Bella em 30 de março de 1762. APMT, *Livro de cartas régias...* (1760-1767), Caixa 11, Estante 01.

a conquista do índio e a sua transformação em vassalo fez com que os lusitanos vissem nos povos indígenas da margem esquerda do Guaporé “súditos e tributários do rei de Castela” -e vice versa-. Esta concepção refletia as inúmeras contradições que envolviam a visão do índio: os portugueses estimularam o traslado de grupos inteiros para a margem direita. Nesse caso, havia não somente o desejo de povoar o território lusitano, mas a sua consequência: o de esvaziar o território espanhol, tornando-o mais vulnerável. O deslocamento desses índios diminuiria, portanto, os súditos de um rei para aumentar os de outro (Meireles, 1989: 149).

E para alcançar este intento, os indígenas deveriam ser tratados “com respeito e urbanidade e se organizassem aldeias [...] para que essas populações nativas pudessem ser civilizadas e conservadas, de preferência em suas próprias malocas” (Silva, 2001: 92). Portanto, a fronteira indígena seria de fundamental importância no “estabelecimento do português numa determinada linha de fronteira e essencial ao pleno desempenho das suas atividades econômicas com segurança” (Silva, 2002: 94). Para Antonio Rolim de Moura, estes indígenas atraídos das missões de Mojos eram importantes porque forneciam informações sobre a movimentação dos espanhóis nas missões jesuíticas de Mojos e, em caso de conflito declarado, de onde viria ajuda para socorrer estas espacialidades.¹⁴

14. Para maiores detalhes sobre os índios que fugiam das missões para as margens portuguesas, consultar as seguintes caixas: APMT, *Livro de registro de bandos...* (1750-1763), Caixa 05, Estante 01; APMT, *Livro de Registro de cartas...* (1763-1769), Caixa 14, Estante 01.

Já os jesuítas e espanhóis das missões de Mojos faziam vistas grossas aos escravos que ali chegavam fugidos da Capitania de Mato Grosso. Segundo o historiador Francismar Carvalho, “embora prometessem aos portugueses as devidas repartições, propiciavam a transferência dos escravos para as províncias mais interiores onde, gozando de liberdade, formavam comunidades e se integravam à sociedade local” (Carvalho, 2014: 293). Ainda de acordo com Francismar Carvalho, é possível que estes “escravos negros fugidos de Mato Grosso obtivessem estima de governadores espanhóis se fossem portadores de informes precisos sobre a situação e os planos militares da capitania rival” (Carvalho, 2014: 293).

Assim, diante de mais um impasse fronteiriço e a fim de cumprir com as determinações da Real Audiencia de la Plata, o governador de Santa Cruz seguiu sua viagem até Santa Rosa “a nova”. Ao chegar nesta missão em 17 de setembro de 1760, Alonso Berdugo enviou, por meio de um oficial espanhol, uma carta a Antonio Rolim de Moura solicitando, entre outras coisas, que num prazo de três meses se desfizesse da fortificação e retirasse suas armas de guerra; e caso isso não ocorresse, o mesmo assumiria todos os prejuízos que um rompimento poderia resultar por ter tomado posse de terras pertencentes à coroa espanhola (Pastells, 1949, VIII (1): 667).

Diante da indiferença de Rolim de Moura aos protestos até então realizados, e, temendo novas hostilidades portuguesas nas missões jesuíticas de Mojos, a Real Audiência de la Plata solicitou ao Vice-rei do Peru, José Manso de Velasco em 06 de dezembro de 1760, a liberação de recursos necessários para prover uma expedição militar até aquelas missões para conter os avanços portugueses (Pastells, 1949, VIII (2): 750). Paralelo a esta solicitação, a Real Audiência de la Plata enviou ordens para que o governador Alonso Berdugo permanecesse nas missões e de lá pedisse o alistamento das milícias.

No entanto, uma nova “rueda de negociaciones entre los monarcas ibéricos anuló el Tratado de Madrid, reemplazando por el Tratado del Pardo, suscrito en 1760. Este tratado derogó la línea fronteriza occidental convencida un década antes, pero no puso nada tangible en su lugar” (Block, 1997: 89). Assim,

em janeiro de 1761 chega a Buenos Aires as ordens do rei Espanhol pedindo para que “mantega las cosas en el estado en que antes estaban con la disolución del Tratado de Límites entre las dos Coronas” (Pastells, 1949, VIII (2): 814). Seguindo as determinações reais, José Manso de Velasco, diz, em carta ao governador Alonso Berdugo, que era chegado

el caso de que él [Rolim de Moura] proceda restituir a los indios el citado Pueblo de Santa Rosa el Viejo sin necesidad de otra diligencia pero mandando al mismo tiempo se observe la buena armonía que subsiste entre las dos Coronas, encargo a V.S. cuide de que antes de que se trate de desalojar por fuerza y armas a los portugueses, se pasen a su Gobernador todos los oficios de urbanidad que se tengan por oportunos, a fin de que se retire en consideración de hallarse disuelto y declarado por nulo el tratado, como que ya no puede tener fundamento que justifique su residencia, lo que ordeno en esta ocasión a don Alonso Berdugo, Gobernador de Santa Cruz de la Sierra, previniéndole que en caso que no sean suficientes los medios político de que se valiese para el retiro de los portugueses, dé aviso al Señor Presidente de esa Real Audiencia y a V. S. a fin de que se procesa a desalojarlos por fuerza, usando de las armas y tomando las medidas más proporcionadas a conseguir no queden desairadas las de S. M., restituyéndose a Su Real Corona dicho Pueblo y cumpliéndose enteramente su real deliberación, de cuyas resultas me dará V.S. individual noticia (Biasi, 1984: 39).

Ao receber a esta notícia, o governador de Santa Cruz comunicou, através de oficiais espanhóis, a anulação do Tratado de Limites e exigiu, mais uma vez, que Antonio Rolim de Moura se retirasse de Santa Rosa “a velha”. Contudo, Rolim de Moura respondeu que o Tratado de Limites não poderia ser anulado sem o consentimento e o comum acordo de ambas as coroas, sendo assim, elas se encarregariam de passar ordens de como cada governador deveria proceder em suas repartições (Pastells, 1949, VIII (2): 846).

Após a visita de mais oficiais espanhóis ao distrito de Mato Grosso (figura 1), Antonio Rolim de Moura aumentou o quanto “pôde a companhia de dragões, que é todo o seu exército [...] socorrendo, de gente e de munições, o presidio de Nossa Senhora da Conceição” (Amado e Anzai, 2006: 147). Para isto, o governador de Mato Grosso solicitou ajuda das Capitânicas de Goiás, do Grão Pará e Maranhão. Da Capitania de Goiás viria não apenas tropas, mas principalmente, ouro para o pagamento das despesas do Destacamento Nossa Senhora da Conceição. Já da Capitania do Grão Pará e Maranhão foram solicitados, pólvora, balas, munições e soldados.¹⁵

Enquanto isso, o governador Alonso Berdugo realizava uma série de perguntas aos jesuítas sobre a situação do distrito de Mato Grosso e Cuiabá (figura 1), além é claro, de solicitar o fornecimento de gado para sustento da tropa e o auxílio indígena no plantio de roças, na construção de barcos, canhões e balas de artilharias, bem como na abertura de um caminho por terra que ligasse a missão de Buenavista de Chiquitos à missão de São Pedro em Mojos, a fim de facilitar o deslocamento das tropas que iriam atacar os distritos da Capitania de Mato Grosso (Pastells, 1949, VIII (2): 868). Da Audiência de la Plata, o governador de Santa Cruz solicitou o envio fuzis, carabinas, pólvora e tropas. Já os recursos humanos para este conflito viriam de Vale Grande, Chilón, Cochabamba, Samaipata e da própria Audiência de la Plata (Pastells, 1949, VIII (2): 979).

15. Para saber mais detalhes sobre os valores e auxílios enviados a Capitania de Mato Grosso pelos governadores das Capitânicas de Goiás, Grão Pará e Maranhão, consultar as seguintes caixas: APMT, *Livro de cartas régias...* (1760-1767), caixa 11, Estante 01; APMT, *Livro de Registro de cartas...* (1763-1769), Caixa 14, Estante 01; APMT, *Livro de registro de bandos...* (1750-1763), Caixa 05, Estante 01.

Em novembro de 1762, a corte espanhola enviou comunicado para a Audiência de la Plata informando que o rei da Espanha havia declarado guerra ao rei de Portugal e seus vassallos. Neste comunicado, o rei ordenava que a *Real Célula* chegasse com maior brevidade possível aos seus vassallos, para que assim, “puedan preservar del insulto de portugueses sus intereses y personas, como para que se dediquen a atacarlos y perseguirlos como a enemigos por mar y tierra, usando de los medios que autorice del derecho de guerra” (Biasi, 1984:48). Estas ordens reais estavam relacionadas com a entrada da Espanha, ao lado França, na Guerra dos Sete Anos.

Para David Block, “la suscripción del Tratado y el ingreso de España y Portugal en frentes opuestos en la Guerra de los Siete Años crearon las condiciones para el conflicto a lo largo del Guaporé” (Block, 1997: 89). Aproveitando deste ensejo, o novo Vice-rei do Peru, Manuel Amat y Juniet, entregou o comando para realizar a expulsão dos portugueses da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos e das duas vilas da Capitania de Mato Grosso: Vila Real do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, ao então presidente da Audiência de la Plata, Juan de Pestaña, enquanto que o governador Alonso Berdugo seguiria as tropas apenas como um simples oficial (Tormo Sanz, 1963: 5).

Desconfiado da movimentação espanhola na fronteira Rolim de Moura, junto com seus soldados, resolveram averiguar o que significava tudo aquilo, pois até aquele momento (1763) não havia recebido notícias de declaração de guerra entre as duas coroas ibéricas. Chegando próximo ao forte espanhol (figura 2 e 3s), estabelecido na margem oposta da missão de São Miguel, foram recebidos à bala e somente no dia seguinte é que foi enviado um sargento para averiguar tal fortificação (Loureiro, 1965). O oficial que se encontrava no forte espanhol, o sargento mayor Francisco Antonio de Anguera y Fiorilo, disse ao sargento português que

se admirava muito que eu não soubesse que El Rey Cath^o havia declarado a Guerra, havia humanno e tantos mezes, a S. Mag^e F, tinha já tomando a maior parte do Reyno. Que (sic) d^o Of.^{al} era o Gen^{al} d’aquella expedição, estava as ordens do Gov^{or} de S. Crux, que vinha pela banda do Marmoré a render este Destacam^{to}, eq o Gov^{or} de Charque marchava direito a tomar Mato Grosso que se eu queria tractaralg’ua cousa, havia de ser por carta.¹⁶

16. Registro de huma Carta para o Secretario de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em que se dá conta dos sucessos do principio da Guerra. Nossa Senhora da Conceição 31 de maio de 1763.

APMT, *Livro de cartas régias...* (1760-1767), Caixa 11, Estante 01.

Após a resposta do oficial espanhol e temendo um ataque surpresa, Rolim de Moura redobrou a ronda em torno do Destacamento Nossa Senhora da Conceição, aumentou os números de quartéis para acomodar as tropas que vieram do Pará a seu pedido, além de dar instruções de práticas de guerra aos “Dragoens, Aventureiros, Pedestres, e Negros” (Loureiro, 1965: 172) (figura 2). Toda esta organização frente ao inimigo espanhol demandava que se aumentasse também o sustento das tropas, já que no destacamento só havia feijão e toucinho (Loureiro, 1965). E no território espanhol havia uma abundancia de gado nas missões jesuíticas de Mojos. Foi aí então que o governador de Mato Grosso enviou

no dia 15 [provavelmente março], o furriel Paulo José Correa e alguns militares buscarem rezes, subindo o Itunama. Este furriel por três vezes socorreu o forte com carne fresca, e, no dia 12 de abril [1763], foi surpreendido por grande numero de castelhanos e índios vindos de S. Pedro que o aprisionaram e a 2 soldados dragões, um infante e 6 índios. Os restantes que andavam no mato, avisados, tentaram libertá-los, mas não conseguiram, pois os castelhanos

retiraram-se. Sem mantimentos nem embarcação regressaram a pé, por matos e lagoas, ao forte, onde chegaram no dia 16 (Loureiro, 1965: 138).

Em resposta a esta ação contra os soldados portugueses, Rolim de Moura mandou atacar o Forte espanhol e a missão jesuítica de São Miguel, aprisionando assim os padres que assistiam a aquela missão: Juan Rodriguez e Francisco Espí (figura 2). Deste confronto no forte gerou, segundo a bibliografia consultada, 37 mortos da parte portuguesa e 12 mortos da parte espanhola, além disso, havia ainda “muchos heridos que iban muriendo, varios por falta de cirujano y medicinas” (Pastells, 1949, VIII (2): 1005). Já a missão de São Miguel foi completamente destruída pelos portugueses, e os padres, junto com os indígenas convertidos, foram encaminhados para o Destacamento de Nossa Senhora da Conceição.¹⁷ E era desta missão que provinham os mantimentos para o sustento das tropas dos portugueses. De acordo com a carta de Alonso de Berdugo, enviada em 28 de julho de 1763 a Juan de Pestaña, isto era não para ter acontecido se tivessem

observado su orden, transgrediendo indebidamente a él don José Franco y levantando el fuerte que al presente se halla en el Itenes, el que ha servido de ninguna utilidad, pues con él no ha podido embarazar los socorros que a la fortaleza enemiga le han introducido de Matogroso, siendo la suya un hospital que arranca lágrimas del corazón a vista de tanto enfermo, por lo muy húmedo de aquel paraje. El P. Superior le da por disculpa haberse encontrado la barranca de San Miguel toda anegada, lo que precisó a poner la fortaleza en el sitio que a Su Señoría refiere. Don Pedro Gibantes construyó la otra en las juntas del Itenes, donde cogió seis prisioneros que despachó a esa Corte, pero se vio obligado a abandonarla por hallarse su guarnición toda enferma y amenazar evidente peligro de otro suceso como el de San Miguel al pueblo de la Exaltación, donde pasó a acuartelarse, tomando antes parecer de los Padres y de ser cierto el riesgo asegurándose por escrito (Pastells, 1949, VIII (2): 927).

Como podemos ver, o plano tático dos portugueses era o de realizar ataques-relâmpagos as tropas espanholas a fim de deixá-los sem condições de reação imediata. Isto de certa forma foi alcançado, já que as tropas recrutadas nos Andes do governador Alonso Berdugo estavam mal armadas e disciplinadas (Tormo Sanz, 1963). Além disso, as tropas de ambas as coroas padeciam ainda de inúmeras enfermidades que o clima em Mojos propiciava a quem não era natural daquele espaço, contribuindo assim para que houvesse uma grande quantidade de deserções e um número reduzido de soldados combatentes.¹⁸ Outra forma que os portugueses encontraram para hostilizar os jesuítas e espanhóis durante a guerra foi à realização de bandeira para atacar as missões de Chiquitos. Segundo as ordens de Rolim de Moura para os Capitães Mores dos distritos de Cuiabá e Mato Grosso, estes deveriam mandar

huma boa Bandeira arrasar as Missões dos Castellhanos, e a mesma Bandeira concedo tudo quanto acharem nas mesmas Missões excepto o q' pertencer as igrejas; porqu' iso se remetrá com maior decência possível ao D^oProv.^{or} da Faz.^a Real, para se por em deposito, até se resolver. Da mesma sorte repartirá a d.^a entre si os Indios, q' lhe concedo por Administração: E tudo de que não poderem aproveitar-e, consumirão a fogo, assim cazas, como rossas, canoas, (sic) e aind as mesmas criações, p^a q' nada d'iso possa servir ao Inimigos. E do que forem obrando me darão parte.¹⁹

Já a tática espanhola, que não foi tão bem sucedida como o previsto, era a de impedir que os portugueses recebessem comunicação e socorro vindos

17. Para maiores informações sobre esta ação, consultar: Tratado da Inquirição de testemunhas aqui se procedeu por Portaria de S. Ex.a sobre a transmigração dos Indios da Missão de São Miguel do Rio Baures. APMT, *Livro de provisões...* (1751-1770), Caixa 06, Estante 01.

18. Para maiores detalhes sobre a ação do clima de Mojos nas tropas espanholas e portuguesas, consultar APMT, *Livro de Registro de cartas...* (1763-1769), Caixa 14, Estante 01.

19. Para maiores informações sobre as bandeiras convocadas para atacar as missões de Chiquitos, consultar: Registro de huma Carta de S. Ex.a para o Capitão Mor do Cuiabá Francisco Lopes (sic). N. S. Conceição 28 de Mayo de 1763. Ver igualmente: Registro e uma Carta de S. Ex. aescrípta ao Capitão mor de Villa Bella João Pesa da Crux. N. S. Conceição 28 de Mayo de 1763 para capitão mor de Villa Bella. APMT, *Livro de Registro de cartas...* (1763-1769), Caixa 14, Estante 01.

de Vila Bela e do Grão Pará e Maranhão pelos rios Guaporé e Marmoré respectivamente. Para isto, foram construídos dois fortes: um na margem oposta da missão de São Miguel - entre os rios Guaporé e Magdalena -, e outro, no rio Marmoré próximo à missão de Exaltação (figura 2). Além disso, os espanhóis construíram uma bateria em frente ao forte português, denominada de La Barranca de San Pedro (figura 3) e, cogitavam ainda, a possibilidade de construir uma fortaleza na barra do rio Grande - construção que seria feita pelo governador do Paraguai - para impedir que os portugueses recebessem socorro de São Paulo, caso as tropas espanholas invadissem os distritos de Mato Grosso e Cuiabá (Pastells, 1949).

Em 10 de agosto de 1763, Antonio Rolim de Moura comunicou o governador Alonso Berdugo, por meio do mestre de campo, o recebimento do Tratado de Paz assinado em Paris e, ao mesmo tempo, pediu suspensão das hostilidades e bloqueios feitos nos rios Guaporé e Marmoré.²⁰ Em contrapartida, o governador Alonso Berdugo solicitou a soltura dos padres Juan Rodriguez e Francisco Espí,²¹ a restituição da missão de São Miguel e o caminho livre para que suas tropas pudessem retornar à missão de Santa Rosa “a nova”. Para que os jesuítas fossem soltos, o governador Alonso Berdugo deveria devolver ao Destacamento Nossa Senhora da Conceição os portugueses que foram feitos prisioneiros durante o conflito. As trocas, só foram realizadas com os devidos ressarcimentos financeiros de ambos os governos no ano de 1764.²² Já a restituição da missão de São Miguel seria necessário, segundo Rolim de Moura, uma autorização da Corte portuguesa para realizar tal ação. A devolução das terras de São Miguel também só seria feita no ano de 1764, após uma cerimônia de restituição nas margens do rio Guaporé.²³ Todas as ações desenvolvidas, tanto por espanhóis quanto por portugueses, para retomar ou para manter a posse da margem direita do rio Guaporé, não cessariam após as trocas mútuas e acabariam se estendendo na organização de uma segunda investida espanhola contra os portugueses da Capitania de Mato Grosso no ano de 1766.

Considerações finais

A ocupação da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos pelos portugueses teve como o principal objetivo a livre navegação pelos rios Guaporé/Marmoré pois, além de dar acesso às Missões de Mojos, interligaria, por meio da navegação, a Capitania de Mato Grosso com a Capitania do Grão Pará. E para manter a posse deste novo território Rolim de Moura não apenas permitiu, mas também, incentivou os sertanistas a hostilizarem as missões jesuíticas com o claro objetivo de afastar os jesuítas daquele espaço.

Outra forma de atacar os jesuítas era atrair os indígenas para a margem portuguesa e fazer destes súditos do rei de Portugal, e assim esvaziar os domínios espanhóis. Os indígenas neste espaço de fronteira foram de fundamental importância para as duas coroas. Para os portugueses eles eram fontes de informação sobre a movimentação espanhola, para estes últimos os indígenas, além de auxiliarem os padres na defesa da fronteira, dariam apoio às tropas espanholas que se instalaram nas missões. Já os jesuítas, ao que tudo indica, fariam vistas grossas às fugas dos escravos portugueses, a final, estes também serviam como informantes sobre a movimentação portuguesa.

Os jesuítas sempre informaram as autoridades espanholas sobre as ações dos portugueses neste espaço de fronteira. No entanto, o Vice Rei, José Mansode

20. Rolim de Moura recebeu, junto com o socorro solicitado, os exemplares do Tratado de Paz através do governador de Goiás. Para mais informações, consultar APMT, *Livro de Registro de cartas...* (1763-1769), Caixa 14, Estante 01.

21. O padre Francisco Espí faleceu ainda na prisão, e, apenas o padre Juan Rodriguez retornou aos domínios espanhóis. As despesas dos padres, incluindo o funeral, foram estipuladas em gado ou quina pelo governador Antonio Rolim de Moura. Para maiores detalhes consultar Paiva et al. (s/a), Antonio Rolim de Moura. Primeiro Conde de Azambuja (correspondências). v.4 (prelo).

22. APMT, *Livro de Registro de cartas...* (1763-1769), Caixa 14, Estante 01.

23. Carta de S. Exa dirigida ao Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado. APMT, *Livro de cartas régias...* (1760-1767), Caixa 11, Estante 01.

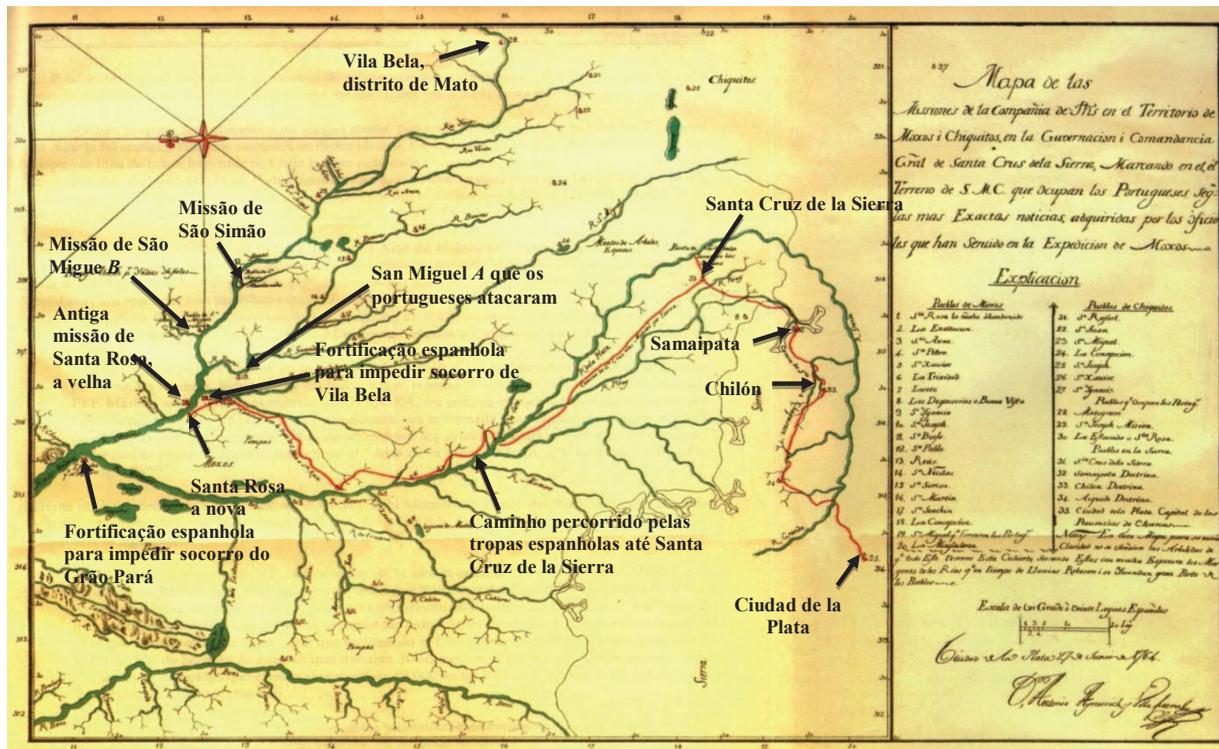


Figura 2. Recorte do Mapa das missões da Companhia de Jesus no território de Mojos e Chiquitos de 27 de julho de 1764. Dn. Antonio Aymerich y Villajuana (Suárez, s/a).

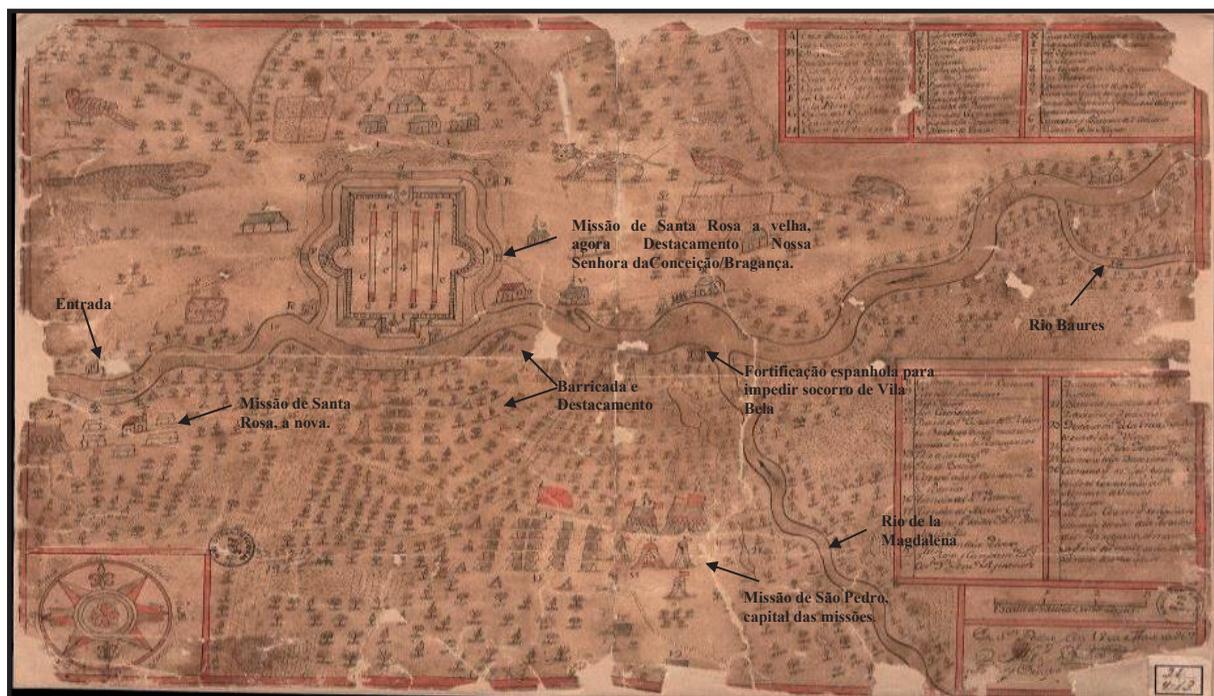


Figura 3. Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes: com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição dos Portugueses e a situação do destacamento de forças espanholas chefiada por A. Alonso Berdugo e Cor. Dr. Amº Aymerich Tete Cor. Dn. Ant. Pasqual. Data 1767. Crespo, Miguel Blanco. (BN, Catálogo Digital Cartográfico).

Fontes Manuscritas

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT)

- » APMT. *Livro de provisões, portarias, cartas expedidas e recebidas no governo de D. Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de Souza Coutinho (1751-1770)*, Caixa 06, Estante 01.
- » APMT. *Livro de registro de bandos, portarias, editais e cartas expedidas no governo de D. Antonio Rolim de Moura Tavares (1750-1763)*, Caixa 05, Estante 01.
- » APMT. *Livro de cartas régias e correspondências expedidas e recebidas. (1760-1767)*, Caixa 11, Estante 01.
- » APMT. *Livro de Registro de cartas, bandos, instruções e correspondências expedidas e recebidas nos governos de D. Antonio Rolim de Moura Tavares e Luiz Pinto de S. Coutinho (1763-1769)*, Caixa 14, Estante 01.
- » APMT. *Livro de registro de cartas régias, cartas, termos, instruções e alvarás do governo João Pedro da Câmara e Manoel Carlos de Abreu Menezes (1771-1804)*, Caixa 19, Estante 01.

Biblioteca Nacional (BN)

- » BN. *Catálogo Digital Cartográfico*. Plano da região do Rio Itenes ou Guaporé e seus afluentes: com a situação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição dos Portugueses e a situação do destacamento de forças espanholas chefiada por A. Alonso Berdugo e Cor. Dr. Am^o Aymerich Tet Cor. Dn. Ant. Pasqual. Data: 1767. Crespo, Miguel Blanco.

Fontes impressas

- » Eder, F. J. S. J. (1985). *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)*. Traducción y edición de Josep M. Barnadas. Cochabamba, Historia Boliviana.
- » Mendonça, M. C. (1985). *Rios Guaporé e Paraguai - primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca Reprográfica Xerox do Brasil.
- » Mendonça, M. C. (2005). *Amazônia na era pombalina: correspondências do Governador e Capitão-General do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier Mendonça Furtado: 1751-1759*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial 3.
- » Paiva, A. M. et al. (s/a). *Antonio Rolim de Moura. Primeiro Conde de Azambuja (correspondências)*. Imprensa Universitária. Coleção Documentos Ibéricos -Série 4: Capitães Gerais. Cuiabá, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NIDHIR) 2 (1983a); 3 (1983b); 4 (prelo).
- » Pastells, P. S. J. (1949). *Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)* VIII (1) e VIII (2). Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Instituto Santo Toribio de Mogrovejo.
- » Pereira, J. G. (2001). Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)* 39. Publicações Avulsas.

Bibliografia

- » Amado, J. y L. C. Anzai (2006). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá, MT, Carlini & Caniato/ Editora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMG).
- » Amado, J. y L. C. Anzai (2014). *Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso*. São Paulo, Versal.
- » Amantino, M. y M. P. Carvalho (2015). “Pombal, a riqueza dos jesuítas e a expulsão” em Falcon, F. J. C y C. Rodrigues (orgs), *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro: 59-90*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Gétulio Vargas.
- » Araújo, R. M. (2000). *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e Método*. Tese de Doutorado em História da Arte. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- » Bellotto, H. L. (1983). O espaço missionário e a geopolítica Pombalina. *Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários: 59-76*. Santa Rosa, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco.
- » Biasi, S. (1984). *Conflictos de límites: conflictos hispano portugueses en el Plata, 1750-1777. Historia Testimonial Argentina. Documentos vivos de nuestro pasado 28*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina SA.
- » Bobbio, N. (1998). *Diccionario de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- » Block, D. (1997). *La cultura reduccional de los Llanos de Mojo*. Sucre, Historia Boliviana.
- » Carvalho, F. A. L. de (2014). *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo, Alameda.
- » Carvalho, M. P. de e E. Sarmiento (2015). “As reformas borbônicas e josefinas e a expulsão dos jesuítas na Ibéria setecentista” em Amantino, M.; E. C. Deckmann Fleck e C. Engemann (orgs), *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina (séculos XVIII)*: 183-215. Rio Janeiro, Garamond.
- » Castilho Pereira, I. A. M. (2008). *Missão jesuítica colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- » Castilho Pereira, I. A. M. (2014). *Em tudo semelhante, em nada parecido: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767)*. Tese Doutorado em História. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- » Corrêa Filho, V. (1969). *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- » Davidson, D. M. (1970). *Rivers & Empire. The Madeira route and the incorporation of the brazilian far west, 1737-1808*. New Heaven - Connecticut, Yale University Press.
- » Fari, M. (1999). Mato Grosso: Estado Fronteira. *Revista Oceanos. A formação territorial do Brasil 40*: 164-172.
- » Fernandes, S. E. (2003). *O Forte Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História/ UFMG. Cuiabá.

- » Fernandes, S. E. (2011). “Verbete Guerra” em Jesus, N. M. de, *Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá, Carlini & Caniato.
- » Fernández, J. M. (2015). “Del Tajo al Amazonas y al Plata. Las repercusiones atlánticas de las guerras entre las coronas española y portuguesa en la Edad Moderna” en Reitano, E y C. Possamai (coords.), *Hombres, poder y conflicto: estudios sobre la frontera colonial sudamericana y sus crisis*. Argentina: 12-116. La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - Universidad Nacional de La Plata.
- » Giraldo, M. L. (1999). Reformar as florestas: o tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa. *Revista Oceanos. A formação territorial do Brasil* 40: 66-76.
- » Kern A. A. (2003). Fronteiras e Missões coloniais: continuidades e oposições culturais. *Revista Territórios e Fronteiras* 4 (1): 33-48.
- » Lévi-Strauss, C. (1963). “Tribes of the right bank of the Guaporé River” em Steward, J. H. (ed.), *Handbook of South America Indians* 143 (3). *The Tropical Forest Tribes*. Washington D. C., Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology.
- » Loureiro, M. T. S. S. (1965). *A fronteira oeste de Mato Grosso e D. Antônio Rolim de Moura*. Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- » Meireles, D. M. (1989) *Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis, Editora Vozes.
- » Moreira, L. G. S. y M. J. G. Loureiro (2012). “A nova história militar e América portuguesa: balanço historiográfico” em P. Possamai (org.), *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna: 13-31*. São Leopoldo, Oikos.
- » Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Editora Ática.
- » Reis, A. C. F. (1948). *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. As fronteiras com as colônias espanholas*. Rio de Janeiro, Publicações da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Imprensa Nacional. (Tomo 2)
- » Sanches, M. G. (2010). A guerra: problemas e desafios do campo da história militar Brasileira. *Revista Brasileira de História Militar* 1 (1): 6-16.
- » Santos, M. (1986). *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo, Editora HUCITEC.
- » Santos, M. (2004 [1996]). “O Espaço Geográfico, um Híbrido. Uma necessidade epistemológica: A distinção entre a paisagem e o espaço” em Santos, M., *A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção: 100-103*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. (4ª Ed.).
- » Silva, J. V. (1995). *Mistura de cores: política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso, século XVIII*. Cuiabá, Editora da UFMT.
- » Silva, J. V. (2001). Instruções régias: a política populacional e de povoamento na capitania de Mato Grosso no século XVIII. *Territórios e Fronteiras* 2 (1): 87-96.
- » Silva, J. V. (2002). O antemural de todo o interior do Brasil - a fronteira possível. *Revista Territórios e Fronteiras* 3 (2): 79-106.
- » Suárez, J. C. (s/a). *Historia de Moxos*. República Boliviana de Mojos, Fundación Nova.
- » Tormo Sanz, L. (1963). Un ejemplo histórico del “mal de altura” en la guerra de Mojos. *Revista de Indias* 23 (93-94): 415-452.